

Ao receber das mãos do representante dessa Marcha este documento, eu queria concordar com ele no sentido de dizer que, efetivamente, é meu desejo o estabelecimento de um diálogo fecundo com os movimentos negros organizados no Brasil. E o faço – e o primeiro gesto é a criação deste Conselho, que é um fórum adequado para essa negociação, para essa discussão –, por muitos motivos, no dia de hoje, que é um dia expressivo, o dia em que comemoramos os 300 anos de Zumbi.

Esta manhã, aliás, acompanhado pela Senadora Benedita da Silva e por vários dos Ministros aqui presentes – o Ministro da Educação, o Ministro da Cultura, o Ministro Pelé –, estivemos em União dos Palmares, para que ficasse bem claro que o Governo, através do Presidente da República, assumia, como parte do Panteão dos heróis brasileiros, Zumbi como símbolo de um lutador pela liberdade.

E, além disso, tenho uma convicção antiga, por ser comprometido pessoalmente com os estudos da questão negra no Brasil, tendo escrito, pelo menos, dois livros sobre a matéria, em época em que se mantinha a idéia de que no Brasil não havia um problema negro e que não havia discriminação racial. Precisamente junto com Florestan Fernandes e

com Otávio Ianni, sob a inspiração de Roger Bastide, nós fizemos pesquisas que mostraram o oposto, que mostraram que havia uma questão, que havia preconceito, que havia discriminação e que, para que o ideal de democratização do Brasil pudesse se concretizar, implicaria que os que lutam pela democracia e pela liberdade assumissem, também, a luta em favor da igualdade racial.

Eu creio firmemente nisso. E, depois que assumi a Presidência da República, procurei manter contato – a Senadora Benedita é testemunha disso – com setores da comunidade negra. O Ministro Weffort e o Ministro Jobim me acompanharam, pelo menos num encontro que tivemos no Palácio da Alvorada e do qual resultou, finalmente, a possibilidade deste Conselho que nós hoje estamos instalando, além da reativação firme da Fundação Palmares.

Já começamos a tomar algumas medidas práticas na direção que foi aqui proposta, ou seja, o Ministério da Educação encampou como seu um trabalho feito pela Fundação, que é uma cartilha sobre Zumbi. Isso passa a ser parte do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura. Mais ainda: a revisão da bibliografia, no que diz respeito à repetição de idéias pré-concebidas, que são inaceitáveis, sobre a questão racial no Brasil, que está sendo feita pelo Ministério da Educação, precisamente para acabar com isso.

No currículo das escolas, nós estamos valorizando também o problema da igualdade racial, da luta contra as discriminações. Estamos introduzindo, eu espero, um conhecimento mais amplo da África: porque faz parte, é um dos berços formadores da nossa cultura e da nossa sociedade, é preciso ser conhecida de forma adequada no Brasil.

Mas, além disso, há um plano concreto do Ministério do Trabalho, não só da luta contra formas discriminatórias, mais especificamente com certos grupos de trabalho que estão sendo constituídos, fiscalizadores da ação discriminadora. Os que aqui estão sabem, tão bem quanto eu, que não é por falta de leis que as coisas não funcionam de forma mais adequada no Brasil: é por falta de práticas. As leis aí estão, a Constituição aí está. O problema é da pesada herança escravocrata, de uma cultura que dissimula a discriminação em certas formas aparentes

de cordialidade e que não fazem mais do que repetir, reproduzir, formas de discriminação.

Nós também sabemos, todos, que o caminho para, efetivamente, alargar-se o caudal democrático passa pela igualdade de oportunidades. E essas oportunidades têm muito a ver com a escola. Por isso estamos insistindo tanto num programa educacional ativo, no Brasil, que vá para o nível mais fundamental, que é a escola primária. O Ministro da Educação, com o nosso apoio, enviou ao Congresso um conjunto de medidas, inclusive de alterações constitucionais, para permitir uma redefinição do modo como o Governo utiliza seus recursos da educação no Brasil. Nessa redefinição, nós refazemos a utilização dos Fundos Educacionais, dando ênfase ao ensino primário; e, mais ainda, criamos um programa de valorização do professor, de tal maneira que vamos equalizar o gasto médio por aluno em todos os municípios do Brasil, num mínimo de 300 reais *per capita*. Alguém dirá: “Mas é pouco.” Só que as Nações Unidas aconselham 200. Portanto, é um esforço considerável. E o gasto médio *per capita* em muitos municípios do Brasil é bastante abaixo disso. Talvez na maioria dos municípios. E o salário médio do professor primário também ficará assegurado nesse patamar. De novo, os que são do Rio, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Brasília vão dizer: “Mas, meu Deus, 300 reais?” Só que, em muitas partes do Brasil, em muitos municípios do Brasil são 30, 40, 50 reais o que se paga para um professor.

Então, é preciso modificar, mas com o pé no chão, não propondo o impossível, propondo o que eu chamo sempre uma “utopia viável”, que é uma contradição nos termos, mas que é necessária. Desenha-se um horizonte de transformação e começa-se a palmilhar, porque, quando se coloca um horizonte de transformação que não tem caminho e se propõe a solução de tudo num dado momento, não se quer nada, quer-se apenas um testemunho, digamos, existencial, que pode ser muito bonito para consolar as consciências e a biografia pessoal, mas que não muda o mundo. O mundo, para ser mudado, tem que ser mudado através de ações concretas; e muitas vezes tem que haver o caminho dado; e, muitas vezes, o caminho não é tudo que se deseja, mas é o possível, e nós temos é que

alargar as fronteiras do possível, para que esse possível não seja apenas a tradução da realidade atual, que não é aceitável.

Na área educacional, estamos endereçando, firmemente, o nosso esforço nessa direção.

É preciso, aí, dar oportunidades mais igualitárias aos mais pobres. E a verdade é que entre os mais pobres sempre estão as populações negras. Quando se faz um esforço para melhorar a vida dos mais pobres, em grande medida está-se melhorando ou tratando de colocar ênfase na questão das populações negras.

Como eu dizia esta manhã em União dos Palmares – não sei se foi lá ou se foi em Maceió, porque já me confundo um pouco –, se se quiser um indicador seguro à inversa, pode-se dizer que, quando se encontrar uma mulher que seja do interior, do interior do Nordeste, tenha filhos, não tenha marido e for negra, ela é a mais pobre da região. A pobreza se concentra aí, nessas características.

Então, naturalmente nós temos, também, que revolver esse solo da pobreza do Brasil. E, ao revolvê-lo, estaremos dando condições de oportunidade mais igualitárias.

Acho que isso é fundamental, é uma atitude que deve ser constante, deve buscar uma continuidade na ação.

Não tenhamos ilusões. Não se resolve isso de um momento para o outro, porque é um problema cultural e é um problema social. E não é um problema que o Governo resolva: é um problema que a sociedade, junto com o Governo, tem que resolver. Por isso apoiei as palavras que foram ditas aqui.

Nós temos que sair do primitivismo na nossa visão de que o Governo faz alguma coisa. O Governo faz quando a sociedade ajuda, e vice-versa. Mas quando há antagonismo, quando se separa uma coisa da outra, paralisam-se as duas, porque, no mundo moderno, as sociedades não conseguem mover-se sem a ação pública e a ação pública não consegue ser consistente sem o suporte da sociedade. Ou se estabelecem essas pontes ou, então, os que não fazem ponte, ou os que dinamitam as pontes, na prática, estão prejudicando os objetivos aos quais, às vezes, sinceramente, se propõem, mas, por falta de compreensão desse nex

necessário, acabam por não terem a capacidade de fazer as transformações que aparentemente – às vezes até com sinceridade – almejam; mas não se criam os recursos, os mecanismos para que se chegue lá.

Acredito que nós devamos discutir as várias fórmulas existentes para assegurar igualdade de oportunidade. Existem experiências nos Estados Unidos – algumas delas estão sendo revistas; mas devem ser analisadas, aqui, com a questão, digamos, de oportunidades quase que compulsórias, para compensar os desequilíbrios sociais e as discriminações existentes.

O Governo está aberto a discuti-las com profundidade, sem precipitações, mas está aberto a qualquer discussão que seja levada a efeito com seriedade, para discutir essa matéria que eu sei que encontra muita resistência em certos setores.

Quero, também, lhes dizer que, das muitas áreas em que nós devemos ter atenção, a área de comunicação social talvez seja a mais sensível. Nós precisamos – utilizando esse programa que estamos criando também e que muda fundamentalmente a potencialidade do Governo com relação à educação, que é a TV Educativa, a TV que durante todo o tempo, todo o dia, estará dando cursos para treinamento de professores das escolas primárias, não só, mas principalmente – usá-lo como um instrumento efetivo, eficaz, também, de combate ao racismo, de combate às discriminações e à desigualdade.

E não só no que diz respeito aos canais próprios do Governo, mas também no que diz respeito ao conjunto da mídia brasileira, acho que essa deve ser uma preocupação constante; assim como no que diz respeito, também, à questão das empresas, pela parte do estímulo àqueles empresários que tenham maior consciência democrática, e, portanto, que se esmeram para que não haja discriminação nem de sexo nem de raça na escala salarial, e na própria escala de ascensão profissional; como é preciso que haja fiscalização mais efetiva para aqueles que, não tendo essa compreensão, geram – às vezes até por inconsciência – ou deixam que se constituam situações que cristalizem desigualdades.

Enfim, é muito grande a agenda de ação, nesse trabalho. Agora, quando o Brasil marcha cada vez mais celeremente para uma democratização crescentemente substantiva; que a sociedade cobra cada vez

mais, se organiza cada vez mais; que o Estado também se abre cada vez mais, este é o momento propício a que nós possamos seguir adiante nessa direção da democratização fundamental da sociedade brasileira.

Termino – e os Ministros ficarão aqui para discutir de forma mais objetiva, se houver propostas setoriais – por reafirmar o que disse no início: o dia de hoje é um dia de significação simbólica importante, é um dia em que se vê a reafirmação de valores de liberdade que vêm de longe. E não foi o único.

Como disse, fiz trabalhos sobre essa matéria, sobretudo do Rio Grande do Sul, e pude descobrir nos arquivos da cidade de Rio Grande, da cidade de Pelotas, um jornal feito pelos escravos, chamado “Floresta Aurora”. Eu tinha a coleção, não sei se ainda a tenho. De qualquer maneira, o livro de minha tese de doutoramento reproduzia amplos setores desse jornal, que, é uma coisa curiosa, teve uma enorme continuidade: no Rio Grande do Sul, hoje, em Porto Alegre, há um clube que se chama “Floresta Aurora”. Talvez eles não saibam nem a razão, o porquê de assim se chamar. É um jornal que havia no século passado, feito pelos escravos. Ele mostra vários exemplos de luta concreta para a modificação da instituição da escravidão no Brasil.

E as dificuldades eram imensas, naturalmente, em todo esse processo. Mas houve vários exemplos de luta, assim como houve, também e infelizmente, muitos exemplos da perversidade, mesmo, dos senhores de escravos e que era muito mais difundida do que a historiografia brasileira oficial, até certo momento, registrava.

Portanto, Zumbi, digamos, simboliza um conjunto de esforços que foram muito mais amplos nessa direção. E me apraz imensamente que os senhores tenham feito essa marcha hoje aqui em Brasília e que aqui estejam para discutir de maneira objetiva e construtiva, com o Governo da República, pensando no País, os caminhos pelos quais, juntos, nós poderemos trabalhar na direção de uma maior democratização da nossa sociedade.

Muito obrigado aos senhores. E os Ministros ficam à disposição.